



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADO ANGELUS FIGUEIRA
Comissão de Proteção aos Animais, Assuntos Indígenas, Cidadania e Legislação Participativa

PARECER

PROJETO DE LEI N° 190/2021

PROPONENTE: Mensagem Governamental n° 34/2021

RELATOR: Deputado ANGELUS FIGUEIRA

Institui a Campanha do Banco de Ração
e Utensílios para Animais.

I. RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei n.º 190/2021, que Institui a Campanha do Banco de Ração e Utensílios para Animais.

A referida iniciativa visa criar a campanha estadual do banco de ração e utensílios para animais.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 27, 28 e 29 de abril de 2021, não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para parecer acerca da matéria, tendo decidido de forma FAVORÁVEL à aprovação do projeto.

Logo após, foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para parecer acerca da matéria, tendo decidido de forma FAVORÁVEL à aprovação do Projeto.

Ato contínuo foi encaminhado a esta Comissão de Proteção aos Animais, Assuntos Indígenas, Cidadania e Legislação Participativa, chegando ao meu Gabinete para relatoria, e emissão de Parecer acerca da matéria, nos termos do art. 26, inciso II 1, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É o Relatório.

Passo a opinar.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n° 3.950
 Edifício Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque
 Parque 10 de Novembro, 2º andar, Sala 216
 CEP 69.050-030 - Manaus / AM
 Fone: 3183-4375 / 3183-4625.
deputado.angelusfigueira@aleam.gov.br

ANGELUS
Figueira





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADO ANGELUS FIGUEIRA
Comissão de Proteção aos Animais, Assuntos Indígenas, Cidadania e Legislação Participativa

II. FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, é oportuno salientar que compete à Comissão de Proteção aos Animais, Assuntos Indígenas, Cidadania e Legislação Participativa, observar o disposto no artigo 27, inciso XX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

O principal objetivo é arrecadar alimentos e materiais necessários a animais abrigados em instituições independentes ou criados por famílias de baixa renda.

Os animais que se encontram em situação de acolhimento ou risco, terão acesso a gêneros alimentícios, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo, bem como, utensílios para animais, como roupas, coleiras, guias, casinhas, bolsa de transporte, brinquedos, etc, todos provenientes de doações.

É uma iniciativa que já existe em outros estados e é de extrema importância a implantação deste Banco no Amazonas e que seja colocado em funcionamento o quanto antes. Até porque é algo necessário neste momento em que vivemos, pois se a pandemia está impedindo que pessoas em vulnerabilidade tenham comida na mesa, imagine então a dificuldade destas pessoas comprarem ração para seus animais.

A presente propositura tem como escopo constitucional e legislativo no que tange o meio ambiente, disposto no Art. 24, inciso VI e Art. 225 da Constituição Federal, in verbis:

"Art.24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;"





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
GABINETE DEPUTADO ANGELUS FIGUEIRA
Comissão de Proteção aos Animais, Assuntos Indígenas, Cidadania e Legislação Participativa

Não em sentido diferente, prevê nossa Carta Magna:

"Art.225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Nesse sentido, após verificar as questões abrangidas pelo projeto ora analisado, entendo não haver qualquer óbice ao ingresso da presente proposição no ordenamento jurídico estadual.

Portanto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Assuntos Econômicos, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento, na forma regimental.

III. VOTO

Em face do exposto, diante da relevância a manifestação é favorável à APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº. 190/2021, oriundo da Mensagem Governamental nº 34/2021.

S.R. DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, ASSUNTOS INDÍGENAS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de setembro de 2021.

ANGELUS FIGUEIRA
DEPUTADO ESTADUAL – DC
RELATOR

Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3.950
Edifício Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque
Parque 10 de Novembro, 2º andar, Sala 216
CEP 69.050-030 - Manaus / AM
Fone: 3183-4375 / 3183-4625.
deputado.angelusfigueira@aleam.gov.br

ANGELUS
Figueira



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

ALCIMAR MACIEL PEREIRA - EM 23/09/2021 09:18:22
JOANA DAR'C DOS SANTOS CORDEIRO - EM 22/09/2021 13:43:13
ANGELUS CRUZ FIGUEIRA - DEPUTADO(A) - EM 20/09/2021 11:22:39



Documento 2021.10000.00000.9.035662
Data 20/09/2021



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2021.10000.00000.9.035662

Origem

Unidade: DEP. ANGELUS CRUZ FIGUEIRA
Enviado por: ANGELUS CRUZ FIGUEIRA
Data: 20/09/2021

Destino

Unidade: CPAIP-COMISSÃO PROTEÇÃO AOS ANIM. ASSUNTOS INDÍGENAS,
CIDADANIA E LEGISL.PARTICIPATIVA
Aos cuidados de: MARIA DE FATIMA CAVALCANTE FURTADO

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS

Despacho: PARECER DO PL Nº 190/2021, ORIUNDO DA MENSAGEM GOVERNAMENTAL 34/2021